

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 149 - Agosto de 1978

EDITORIAL

Eleições podem ampliar bloco pela democracia

A proximidade das eleições diretas e da reunião do Colégio Eleitoral impõe às forças democráticas e oposicionistas um empenho redobrado para reforçar sua unidade, com o objetivo de derrotar o governo Geisel em 15 de novembro.

O quadro de desagregação do regime ditatorial e as sucessivas derrotas que o movimento de massas vem conseguindo infligir-lhe permitem hoje uma ampla mobilização popular capaz de alargar as faixas de participação permitidas pela ditadura e de levar ao Congresso Nacional um número substancial de representantes comprometidos com a luta pelas liberdades democráticas.

O movimento popular e, de modo geral, o movimento oposicionista podem e devem sair do embate eleitoral mais fortes do que se encontram hoje. Os objetivos são, neste sentido, plenamente atingíveis: de um lado, fortalecer o movimento, aumentar o grau de organização e de combatividade das massas populares, de modo a que o povo participe efetivamente da campanha eleitoral. E, ao mesmo tempo, reforçar no Congresso Nacional as correntes e personalidades que mais sistematicamente vêm se batendo contra o arbítrio e pela instauração de um regime democrático.

Os comunistas consideram que a questão essencial, hoje, é a da formação de um bloco de forças — representado no Congresso e nas Assembleias Legislativas pelas correntes democráticas e, nas diversas instâncias da sociedade, por todos os setores e organizações que lutam pela democracia — apto a impor novos recuos e derrotas ao regime ditatorial. O papel que as eleições podem desempenhar na formação deste bloco não pode ser subestimado. Pensamos que todas as iniciativas que sejam tomadas neste momento, inclusive as relativas à sucessão presidencial, estão ligadas a este objetivo hási-

O papel de uma candidatura presidencial oposicionista, agora, seja esta candidatura qual for, não é o de um simples protesto dirigido à Nação, mas o de se transformar num pólo ativo de aglutinação das diversas forças que podem participar da luta pela democracia e o de impulsionar esta luta. Nesta medida, o movimento político que incorpora os setores e correntes democráticos não se restringe ao partido oposicionista, não obstante a importância fundamental do MDB neste movimento. O esforço desenvolvido em busca da democracia ultrapassa as fronteiras partidárias. O bloco de forças democrático deve estar pronto a acolher grupos e personalidades que estejam dispostos, de maneira mais ou menos profunda, a lutar contra o atual regime.

Não são divergências em torno de nomes que devem dificultar a unidade do MDB neste momento. Não só a campanha eleitoral como também a atividade futura deste partido precisam ter um eixo claro e inequívoco: a luta pela conquista das liberdades democráticas. Só assim poderá o MDB crescer no respeito e na confiança do eleitorado e derrotar o partido do regime nas eleições de novembro próximo.

O movimento de massas, e particularmente a classe operária, vêm dando mostras de uma vitalidade crescente no cenário social e político do País. As ações da classe operária já superaram de fato os mais que estreitos limites impostos pela ditadura à ação sindical e operária. É necessário trabalhar para que a mobilização operária e popular se exprima claramente, durante a campanha eleitoral, por um repúdio ao regime ditatorial e por uma votação maciça nos candidatos oposicionistas, nos candidatos da democracia. E a unidade de todos os movimentos setoriais assim obtida levará, estamos certos, à derrota do regime nas eleições, apressando o seu fim.

Entrevista de Luiz Carlos Prestes

(págs. 4 e 5)

Congresso da CNTI, mais um passo positivo

(pág. 7)

Greves mostram nova realidade da luta dos trabalhadores

(pág. 3)

INTERNACIONAL:

Regimes em crise no Chile e Irã

Na África, a coexistência se impõe no combate ao racismo

(pág. 8)

Eliminar da vida do País, agora e para sempre, a tortura e a violência

Embora a ditadura não tenha acabado, a questão da punição dos torturadores aflorou e constitui uma preocupação prioritária de alguns setores de nossa sociedade, como atestam a leitura de jornais da chamada imprensa alternativa e as reações terroristas de bandos fascistas.

A tortura e o terror são, infelizmente, realidades vivas de nossa história, ainda não superadas. Figuram entre os mais importantes métodos de governo desta regime.

A rigor, ou seja, seguindo-se até o fim a lógica da «cobrança», a lista dos acusados seria enorme e começaria com nomes como Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza Mello, Augusto Haman Rademacker, Emílio Médici, Ernesto Geisel, dezenas de ex-integrantes do Alto Comando das Forças Armadas e do Conselho de Segurança Nacional, etc.

O Tribunal de Nuremberg firmou a jurisprudência de que os executantes não podem eximir-se de responsabilidade pelo fato de terem recebido ordens. Com mais razão ainda, os mandantes não podem alegar que não executaram diretamente.

Mas qual o tribunal que os julgaria a todos? Evidentemente, ele não existe.

O que existe é a sociedade brasileira, que está reunindo forças para derrotar politicamente o regime a que todos eles — de Ernesto Geisel a João B. Figueiredo até Sérgio Fleury — serviram e servem.

O que interessa em primeiro lugar e de forma mais geral à sociedade brasileira é eliminar de nossa vida política e social, agora e para sempre, os métodos fascistas, terroristas e arbitrários. De imediato, extingui os tribunais de exceção, retirar as Forças Armadas das tarefas de polícia que lhes foram impostas, desmontando os aparelhos fascistas tipo OBAN e DOI-CODI, subordinar a ação da polícia política à Justiça, elaborar uma verdadeira doutrina da segurança nacional e tomar as demais medidas pertinentes.

Na verdade, isto também não bastará, porque não basta suprimir os instrumentos que servem à violência, ao terrorismo e ao arbítrio: será preciso extirpar-lhes as raízes políticas, sociais e econômicas.

A obra é de longo fôlego e para levá-la a bom termo será necessário construir, trilhando o caminho da ampliação crescente da democracia em todos os planos, uma grande maioria consciente capaz de garantir o desenvolvimento de um projeto social democrático e progressista.

A dor e a comoção das vítimas diretas e indiretas da tortura e dos assassinatos políticos são a nossa dor e a nossa comoção. Longe de sermos um partido político sem entranhas, emocionamo-nos com o sofrimento de seres humanos, e de forma particularmente intensa.

Embora não nos mova qualquer espírito revanchista ou de vingança pessoal, os esbirros do fascismo e seus mandantes nos

inspiram repugnância, para dizer o mínimo. E preocupa-nos a presença, em nossa sociedade, de indivíduos capazes de ordenar e cometer atos de barbárie como os que ilustraram a trajetória desta ditadura.

Mas sabemos que o homem existe socialmente. Sabemos que a persistência de uma sociedade fundada em formas extremadas de exploração e opressão implica a persistência do processo de formação de mandantes e executantes do terror e da violência fascistas.

O que transforma o mundo, segundo nossa concepção, é a intervenção das grandes massas humanas em todos os terrenos, sobretudo no terreno da política, que é o decisivo desde que a sociedade humana dividiu-se em classes e enquanto ela continuar assim dividida.

O problema da punição dos torturadores não é apenas ético, moral, filosófico, emocional. Ele é, antes de mais nada, e justamente por causa da função da tortura e do terror, um problema político. E assim tem que ser tratado.

A insistência de determinadas forças em tratar de maneira isolada, às vezes demagógica e meramente agitada, a questão da repressão, da tortura e dos torturadores não decorre, no fundo, de uma postura emocional. A emoção existe, não só entre os que transformam a punição dos torturadores em *leit-motiv* prioritário da vida nacional como entre os sobreviventes da tortura, as famílias e os amigos das vítimas, milhões de brasileiros e brasileiras entre os quais nos incluímos. Todos estes não podem e não devem reprimir sua emoção e sua indignação, mas não podem e, em sua maioria, não vão agir como se esta fosse uma questão isolada.

A atitude do «ajuste de contas» puro e simples assumida pelas forças e correntes às quais nos referimos decorre de uma perspectiva política. Nesta perspectiva, não tem importância o esforço para formar um amplo bloco de forças sociais e políticas capaz de conduzir o país a um regime democrático e de garantir tal regime. A própria democracia não tem uma importância vital, na medida em que a história seria obra de grupos de homens coesos e decididos, e não das grandes massas. Porque estas precisam, realmente, conquistar a democracia para poder se manifestar e intervir politicamente.

Como vêm o mundo através de lentes redutoras, tais correntes e grupos também não atribuem grande importância à correlação real de forças existente. Nem se preocupam em saber o que divide e o que soma, em cada momento, dentro de cada um dos campos em confronto. Funcionam à base de verdades absolutas produzidas em concílios, que antepõem à análise concreta de cada situação concreta.

Nós não temos esta atitude e não concordamos com ela, porque a nossa perspectiva política é outra. Para nós, comunistas, é vital

que isto fique bem claro. Se abdicássemos de nossa autonomia política, de nossa identidade própria, estaríamos abdicando, em última análise, de nossa natureza de partido revolucionário da classe operária, partido de caráter nacional, cujo projeto tem como referência o conjunto da sociedade brasileira.

Que as instâncias judiciárias, assim como os poderes legislativo e executivo, sejam solicitadas por cidadãos e grupos de cidadãos a executar as leis que punem assassinatos, torturas, maus-tratos, abuso de autoridade, coações etc. Desde já e no futuro, e na medida daquilo que as consciências e os sentimentos desses cidadãos lhes ditarem.

Que todos tenham o direito de manifestar-se a este respeito, de denunciar o que lhes parecer dever ser denunciado, de exprimir sua condenação e sua indignação, de exigir reparação das ofensas sofridas.

Que sejam elaboradas novas leis, tão rigorosas quanto necessário para prevenir e reprimir tais práticas.

Mas que não se perca de vista, em momento algum, que a batalha contra a violência, a tortura e o terror é uma batalha política de grande envergadura, que necessita da participação consciente e unitária de uma frente democrática de dimensões inéditas em nosso país.

A força do Papa

Houve uma época na qual, compreensivelmente irritadas com as posições agressivamente reacionárias do Vaticano, numerosas correntes de esquerda tendiam a subestimar o papel que a hierarquia da Igreja Católica poderia vir a desempenhar na defesa da paz mundial. Mas os anos se passaram, a esquerda mudou e o Vaticano também sofreu importantes transformações.

Depois do período de ruptura do Papa João XXIII, coube a Paulo VI controlar as pressões conservadoras que, no interior do catolicismo, estavam (e estão) trabalhando por uma volta à política de Pio XII. Não há como ignorar a dureza de que se revestiram as tarefas com que se defrontou Paulo VI: ele teve de fazer concessões, enfrentou forças ultraconservadoras que ameaçavam (e continua a ameaçar) a unidade da Igreja, mas afinal conseguiu preservar algo daquilo que era essencial na obra de João XXIII — e manteve o engajamento pacifista da política exterior do Vaticano. Seu pontificado fez progredir também, através de contradições e reticências, o engajamento social da Igreja. O resultado do Concílio Vaticano II e a encíclica *Populorum Progressio* são, neste sentido, dois marcos significativos.

Compreende-se, pois, que sua morte tenha sido lamentada por tantos, inclusive, de modo oficial, por dirigentes de Estados socialistas e de diversos Partidos Comunistas. Nos dias que correm, ninguém subestima a significação política da força moral que o Vaticano é capaz de mobilizar contra os provocadores de guerra. Esperemos que o sucessor de Paulo VI saiba criar condições para empregar essa força com a mesma tenacidade de seu antecessor. E que obtenha melhores frutos.

Greves resultam de longa acumulação de forças

O movimento operário e sindical brasileiro não pode mais ser reduzido ao que ocorre numa ou noutra fábrica ou categoria profissional, neste ou naquele sindicato, em determinada cidade ou região. Ao mesmo tempo que implanta suas estruturas de base nas fábricas, adquire características de fenômeno nacional de vastas proporções. É preciso pensar o movimento operário e sindical brasileiro através de suas grandes estruturas e de suas grandes tendências.

Nunca foi correto considerar a atual estrutura sindical, apesar de seu molde corporativista e do entrave que ela representa, como simplesmente imprestável. Nem teria sentido classificar a atividade dos sindicatos como meramente assistencial ou manipulatória, desprovida de conteúdo econômico, social e político.

Raciocinando-se assim, prejudicava-se a luta pela unidade dos trabalhadores, de suas entidades e de seus movimentos. O movimento grevista iniciado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo mostra que as taras históricas da estrutura sindical brasileira não são capazes de impedir sua utilização pelos trabalhadores. E que a utilização desta estrutura pode servir à sua própria transformação.

A concepção que privilegia a necessidade de mudar as estruturas mais do que o próprio combate é uma concepção em que as formas concretas de manifestação da luta de classes são substituídas pelo subjetivismo, pela exigência estéril de ditar como deve ter curso o movimento dos trabalhadores. São substituídas por um modelo ideal que jamais se torna realidade. Enquanto isto, a realidade é deixada de lado.

O movimento grevista que se desenvolveu nos últimos meses deixou isto mais claro, assim como deixou mais claro que sempre foi errado ver os momentos de intensificação da luta como exceções isoladas, desligadas de um processo mais amplo, mais profundo e mais longo. A forma como ele se espalhou no espaço e no tempo mostra que o terreno era fértil, que causas análogas produziam resultados análogos. Hoje, as greves passaram a fazer parte do quadro político brasileiro como um elemento permanente da realidade. Em quase três meses, centenas de empresas foram palco de paralisações que envolveram meio milhão de trabalhadores.

Constata-se, mais uma vez, que as massas trabalhadoras e os dirigentes sindicais que atuaram no processo das greves não perderam sua sensibilidade política. Recorreram em larga escala à sua forma específica de luta no momento politicamente certo. Com o êxito das primeiras greves, o movimento seguiu um caminho compatível com a evolução da frente democrática. Ao invés de cair na armadilha das tensões extremas, do confronto desigual, dos radicalismos sem perspectiva, buscou o recuo dos patrões e do governo e as soluções aceitáveis por ambas as partes. Assim, alastrou-se, ampliou-se.

BALANÇO. Como podemos, nesta altura dos acontecimentos, tentar organizar as idéias sobre este movimento e alinhar elementos de um balanço? A primeira idéia

central a fixar é a de que estas greves são um momento de cristalização de um longo processo de acumulação de forças, processo que se havia acelerado desde antes das eleições parlamentares de 1974 (e que foi, portanto, um dos fatores da amplitude da vitória então obtida pela oposição). Não houve nada parecido com uma «explosão», a não ser para aqueles que não estavam vendo o que ocorria.

Movimento espontâneo? Não há movimento social sem base espontânea. No sentido de que não foram manipuladas, decididas fora das fábricas e dos sindicatos, articuladas em segredo por quem quer que seja, cabe o adjetivo espontâneo para falar destas greves. Mas só neste sentido. A verdade é que os próprios sindicatos previram com grande antecedência, cerca de um ano, a possibilidade de eclosão do movimento grevista: basta folhear a imprensa da época para verificá-lo.

Para entender porque estas greves começaram em maio de 1978, como se tornaram possíveis e porque tiveram determinadas características é preciso considerar todo um conjunto de iniciativas e de atividades políticas que as precedeu. Se a eclosão das greves e seu sucesso fortalece o movimento democrático, ela foi influenciada por este próprio movimento.

As greves, concretamente, foram influenciadas pela atividade do MDB, dos comunistas e outras forças com as quais trabalhamos em comum, da Igreja Católica e de correntes socialistas como a que produziu a crítica acadêmica recente do movimento sindical.

Além disso, foram influenciadas pela análise da situação política nacional que se foi tornando consensual no País, e que permitiu o início concreto da formação de uma ampla frente pela democracia. E também pela chamada grande imprensa, na medida em que vários dos veículos que a integram começaram a criticar o regime, a legislação trabalhista e sindical, e noticiaram o movimento pela reposição dos 34% roubados aos trabalhadores.

PAPEL DOS SINDICATOS. Os sindicatos desempenharam um papel vital neste processo. Em primeiro lugar, por causa de sua atividade cotidiana. Em seguida, através da imprensa sindical, que tem hoje dimensões surpreendentes: somente no Estado de São Paulo, calcula-se em algo como 300.000 exemplares mensais a tiragem destes jornais. E não há «análise».

Os jornais sindicais contribuíram notavelmente para esclarecer, unir, criar uma opinião comum entre os trabalhadores. E em terceiro lugar, através da campanha pela reposição salarial (dos 34%), que, com suas assembleias e movimentação, incutiu na consciência dos trabalhadores a idéia de que a falta de liberdade, a existência deste regime era a razão básica pela qual tinham podido ser logrados.

Os sindicatos tiveram ainda um papel decisivo por causa da posição justa que assumiram. De um lado, estimularam os

trabalhadores a lutar por seus interesses. Ao mesmo tempo, não assumiram a condução formal do movimento (não houve nem assembleias nem proclamações sindicais), não dando à ditadura pretexto para intervir. E, no momento preciso, despacharam os membros de suas diretorias para as fábricas, hipotecaram solidariedade ao movimento e ofereceram-se para servir como mediadores.

Os sindicatos, como já dissemos, previam há bastante tempo a possibilidade de ocorrência das greves. Assim, discutiram com os trabalhadores que papel poderiam ter numa circunstância como essa, e as massas compreenderam que os sindicatos não poderiam estar formalmente à frente das greves. Procurou-se, também, fazer a crítica de Osasco: não se poderia repetir Osasco, cujo fim era bem conhecido de todos.

Assim podemos resumir as razões que tornaram possível o desencadeamento do movimento grevista. Resta apontar alguns fatores principais que permitiram o desenvolvimento do movimento.

Em primeiro lugar, a própria situação política nacional, sobre cujos traços principais não é necessário insistir. Em seguida, o fato de que o governo, tendo avaliado os riscos de uma repressão, deixou claro para os sindicatos, desde cedo, que não reprimiria o movimento, apesar das ameaças públicas que não deixou de proferir. E, finalmente, o fato de que não houve diferença de comportamento entre os sindicatos ditos «combativos» e os sindicatos ditos «pelegos». A cúpula sindical das categorias interessadas reagiu unitariamente diante da situação.

Não estamos preocupados em polemizar com as forças que não conseguem entender isto. Trata-se aqui, de repôr as nossas observações, o que vimos e vivemos e nossa análise dos acontecimentos, para os leitores da Voz Operária.

Uma confirmação desta característica unitária atual do movimento sindical foi dada mais recentemente, no processo das eleições sindicais e no Congresso da CNTI. Nestas eleições, as chapas de oposição foram derrotadas em quase todos os sindicatos. Mas estas derrotas não configuraram propriamente o que se poderia chamar de derrota do movimento operário. Os programas das chapas em confronto, por exemplo, eram praticamente iguais. Não se pode, portanto, dizer que tais derrotas indicam que as massas estão confusas. Passadas as eleições, os mais importantes desses sindicatos onde as oposições foram vencidas tiveram posições idênticas às das forças mais avançadas que trabalhavam dentro do Congresso da CNTI com uma preocupação unitária. Apesar dos erros cometidos por estas últimas.

O que há de novo, a propósito do movimento operário e sindical, é que diminui a distância entre sua disposição política e seu nível de organização. A força demonstrada pelos trabalhadores leva inevitavelmente a um reequacionamento do problema operário no Brasil. O governo reage como é de seu feitio, procurando aperfeiçoar a legislação antigreve, preocupado com a movimentação na área das empresas estatais e dos bancos. E os ideólogos do regime não perdem tempo. O grande inimigo dos trabalhadores que é o Sr. Delfim Neto já disse, sintomaticamente, que «o maior inimigo da classe operária é sua vanguarda». Sem comentários.

Nação

VOZ OPERÁRIA entrevistou o camarada Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, sobre os problemas políticos de maior atualidade em nosso País. Suas respostas são indicações seguras para a orientação dos comunistas e apresentam nossas propostas para o amplo combate contra a ditadura.

V.O. - É grande o descontentamento no Brasil de hoje com a ditadura. De quase todos os setores da população partem manifestações de oposição à política da ditadura. O governo Geisel, sob a pressão da opinião pública, enviou ao Congresso mais um «pacote de reformas». Como é que o PCB avalia a iniciativa da ditadura?

L.C.P. - Decorreram mais de 14 anos do golpe militar de 1964. Este golpe instituiu no Brasil uma ditadura militar reacionária que, frente à resistência, oposição e luta dos trabalhadores, tomou sucessivas medidas fascistas, como, por exemplo, o chamado Ato Institucional n. 5, que levou o País ao regime mais autoritário já registrado em nossa história, ao regime militar-fascista, de completo arbítrio da ditadura dos monopólios e dos generais. Pois bem: nestes 14 anos, nenhum problema fundamental da Nação foi resolvido. Ao contrário, todos eles se agravaram.

É disto que decorre a situação a que você se refere, de descontentamento generalizado, em que quase todos os setores da população manifestam-se e, em sua maioria, lutam contra a ditadura, contra o arbítrio do governo do Sr. Geisel.

É indispensável assinalar aqui que, entre as causas que contribuem para levar o Sr. Geisel a apresentar o referido projeto de «reformas», estão também dois motivos importantes: a situação econômico-financeira do País, que levou ao desaceleramento da economia e a uma rápida elevação da taxa inflacionária. Quer dizer, ao aumento do desemprego e à brutal redução do salário real, que contribuem para a crescente miséria das massas trabalhadoras e, em muitos casos, para que a fome se aflija. Por sua vez, a distensão Internacional criou no mundo uma situação em que se destaca de tal maneira a posição da União Soviética e de outros países socialistas como seus principais artífices, que fica cada vez mais difícil ao Sr. Geisel justificar as posições anticomunistas e antisoviéticas de seu governo. Precisando cada dia mais de novos empréstimos, assim como do mercado internacional, para tentar equilibrar a balança comercial, cujo desequilíbrio é uma das causas da inflação, a ditadura necessita melhorar sua imagem no exterior.

O Sr. Geisel já falava, desde antes de sua posse na presidência da República, em realizar reformas que modificassem a caratanha fascista do regime. Mas isto foi sendo sempre adiado. Tornou-se agora inadiável. Vivemos em 1978, um ano eleitoral. Foi em consequência das causas que apontei e, principalmente, sob a pressão das massas que ele enviou ao Congresso mais um «pacote de reformas». Não por acaso, este novo «pacote», que lembra o reacionarismo do «pacote de abril», já está sendo denominado de «embrulho de junho». Porque se, de um lado, revela o imobilismo da ditadura, tem também, de outro, as características de uma manobra política. Através dela pretende o Sr. Geisel, com o monopólio que tem da utilização do rádio e da TV, enganar as grandes massas populares que votarão nas eleições parlamentares de 15 de novembro próximo.

Luiz Carlos Prestes:

«Desenvolver nas eleições a ação política das massas»

Dai decorre a enorme importância que tem para o PCB fazer chegar à população sua opinião sobre o projeto de «reformas» apresentado pelo atual ditador. Trata-se, em nossa opinião, de dar uma nova forma ao AI-5, que, em sua essência, é mantido sob o nome de «estado de emergência». Um dispositivo que o ditador poderia impor à Nação, a partir de 1º de janeiro próximo, com a simples e aparente consulta a um «Conselho Constitucional» cujos membros são nomeados, direta ou indiretamente, pelo próprio ditador, e que ele mesmo preside. O «embrulho de junho» é, em seu conjunto, uma proposta anacrônica, porque o que o povo brasileiro reclama agora não são reformas deste tipo, mas a substituição imediata do arbítrio e do totalitarismo por um regime que assegure as mais amplas liberdades e os direitos fundamentais do homem.

V.O. - Se tais reformas, como você diz, não atendem aos reclamos da Nação e, ao contrário, traduzem o imobilismo do regime, seria interessante que o PCB definisse as tendências atualmente predominantes no País. E mais: que dissesse em que direção as forças da oposição devem orientar seus esforços para fazer avançar o processo político brasileiro no sentido da liquidação da ditadura e da conquista de um regime de liberdades democráticas.

L.C.P. - A partir das eleições de 1974, o atual regime político entrou em declínio. Crescem seu isolamento e sua instabilidade. Ampliam-se as forças que se manifestam contra o fascismo e que reclamam a imediata revogação do «pacote de abril», que substituiu as eleições diretas de governadores estaduais e de um dos senadores pela de um colégio eleitoral, capaz de garantir a «eleição» dos já nomeados pela ditadura. Que reclamam o fim do AI-5 e a revogação imediata da Lei Falcão, assim como uma anistia geral e irrestrita.

O que a opinião pública reclama é a imediata substituição do arbítrio e do autoritarismo por um regime democrático, capaz de abrir caminho, através da ampla discussão e atividade política das grandes massas populares em torno dos grandes problemas nacionais, para a convocação de uma assembleia constituinte, na qual o povo possa, livremente e democraticamente, decidir dos destinos da Nação.

Esta é a tendência predominante no momento atual do Brasil. A ditadura, porém, ainda dispõe de força e de recursos para tentar enganar as grandes massas, e, por isso, ainda pode tomar a iniciativa de atacar e manobrar. Para cortar-lhe a iniciativa, é indispensável que as forças patrióticas e antifascistas mantenham-se vigilantes, organizem-se, melhorem sua coordenação e, sem cair em aventuras desesperadas, saibam ter audácia e utilizar com acerto todas as pos-

sibilidades que vão sendo criadas para novas conquistas no terreno das liberdades democráticas e para não ceder no terreno de cada uma das já conquistadas. Os comunistas, que lutam pelo socialismo, batem-se pela democracia que seja possível em cada momento — por mais reduzida e contraditória que ainda possa ser —, levando em conta a correlação de forças existentes.

V.O. - O camarada falou, em geral sobre a importância crescente do movimento de massas. Seria interessante que tratasse especialmente do movimento grevista em curso e do papel da classe operária na batalha pela conquista das liberdades democráticas em nosso País.

L.C.P. - O atual movimento grevista em curso no Brasil não foi uma explosão inesperada. É o fruto de um longo e árduo processo de acumulação de forças. A classe operária jamais apoiou a ditadura. Diante da violência da repressão, do autoritarismo e do fascismo, da intervenção policial direta nos sindicatos e do policialismo dentro das empresas, diante da lei de greve que praticamente a considera um crime ou um ato de «subversão» comunista punido com a perda do emprego, a prisão e a tortura, muitas vezes até a morte, a classe operária, neste 14 anos, precisou adotar outras formas de luta, adequadas à situação, para manifestar seu descontentamento e apresentar suas reivindicações.

Deram-se, sempre, pequenas greves isoladas e de pequena duração; as «operações-tartaruga» ou «greves de zelo» sucederam-se exaustivos períodos. Em quase todas as conferências e congressos sindicais, a classe operária soube levantar suas reivindicações econômicas, contra a política salarial do governo, e reivindicações políticas importantes, como a reforma agrária, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, a liberdade dos presos políticos.

Mas foi em 1974 que a classe operária, utilizando o voto como arma de protesto, conseguiu revelar o nível de consciência política que já alcançara, derrotando os candidatos da ARENA. O atual movimento grevista mostra que esse nível de consciência continua a elevar-se; em particular nos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Com a greve, iniciada justamente pelos metalúrgicos do Grande São Paulo, está sendo conquistado na prática o direito de greve e foi obtido o pagamento pelos patrões dos dias de greve — conquista muito difícil de alcançar mesmo antes de 1964. Este movimento não foi e não é uma luta isolada, realizou-se articulado com o movimento geral de massas contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. E como os grevistas, graças à unidade e à força do movimento, conseguiram transformar o mero abono em efetivo aumento salarial, na verdade golpearam a

ções massas»

política salarial da ditadura e mostraram que já têm condições para derrotar esta política.

Por tudo isto, já se pode afirmar que as greves em curso trouxeram uma modificação de qualidade na situação, na qual a classe operária começa a aparecer como a principal força política na luta pela conquista das liberdades democráticas em nosso País. Trata-se de um acontecimento da maior significação política, porque efetivamente a classe operária tem a posição mais consequente na luta contra o fascismo e o predomínio dos monopólios nacionais e estrangeiros, em particular os norte-americanos.

V.O. - E diante da proposta de criação de uma Frente de Redemocratização, qual a posição dos comunistas?

L.C.P. - Vejo na proposta de criação da Frente Nacional de Redemocratização um acontecimento da maior significação política, porque revela a ampliação, na prática, do campo das forças políticas e sociais que já reclamam, não reformas para conservar o fascismo, mas para efetivamente substituí-lo por um regime em que estejam abolidos o arbitrio e o totalitarismo, por um regime em que predomine a democracia, quer dizer, em que sejam respeitados os direitos democráticos, regime que assegure a livre organização dos partidos políticos, o livre debate de idéias, a livre atividade política de todos os cidadãos.

Regime indispensável à convocação e ao funcionamento de uma assembleia constituinte que, livremente eleita pelo voto direto do povo, possa decidir soberanamente dos destinos da Nação.

Devemos, ao mesmo tempo, compreender que nem todos os que hoje tomam posição contra o governo querem a efetiva democratização do País. Para que a Frente Nacional de Redemocratização torne-se uma força consequente na luta pela democratização do País, é indispensável que conte com a participação da classe operária, dos camponeses e demais camadas progressistas da população.

E por isso que os comunistas, que são uma força unitária por excelência, que sempre lutaram e que lutam pelas liberdades democráticas e pela constituição de uma frente antiditatorial, chamem agora todos os democratas, principalmente a classe operária e demais trabalhadores, a participarem dessa frente. Os comunistas apelam a todos para que se organizem nos locais de trabalho, nos bairros das grandes cidades, nas escolas, nos pequenos povoados e, adotando as formas mais adequadas para cada caso, apoiem sem vacilação e participem desta frente única em formação.

Nosso apelo dirige-se igualmente à mulher brasileira, aos estudantes, intelectuais, profissionais liberais, pequenos e médios empresários, a todas as organizações que lutam pelas liberdades democráticas para

que participem do esforço de constituição da Frente Nacional de Redemocratização. Só assim poderá a frente conseguir uma ampla base unitária de massas, capaz de garantir sua força, sua própria existência e sua ação consequente na luta pela democratização de nosso País. Os comunistas serão, como sempre, os mais ativos nesse esforço unitário.

V.O. - Nessa mesma linha de exposição, seria interessante ouvir a sua opinião, como secretário geral do PCB, sobre a importância das próximas eleições. O PCB se definirá por um candidato à presidência? O Partido faz alguma previsão para as eleições de novembro?

L.C.P. - Nosso Partido conhece todas as restrições criadas pelo atual regime para que as eleições deixem de refletir a vontade de nosso povo.

Além das anteriores, o chamado «pacote de abril» introduziu modificações profundas, e onde aparece claramente a arbitrariedade desse regime, para impedir que as eleições possam traduzir a vontade do povo.

Mas, apesar disto, somos de opinião que cabe ao povo saberutilizar todos os recursos de que disponha para não apenas manifestar seu descontentamento com a situação atual, mas também golpeá-la através do voto, empregando-o como arma de combate, bem como — é isto é fundamental —, saber participar da campanha eleitoral de modo a desenvolver a atividade política das grandes massas trabalhadoras e demais forças políticas.

Chamamos, em Nota da Comissão Executiva do Comitê Central de nosso Partido publicada no número de maio último da *Voz Operária*, para a participação na campanha eleitoral e para que cada um vote no candidato de sua escolha visando, sempre, a derrotar nas eleições parlamentares para o Congresso e as Assembleias Estaduais os candidatos da ARENA. A derrota da ARENA significará um novo e sério golpe contra a tirania.

Quanto à eleição do Presidente da República e dos Governadores estaduais, pensamos que é válido e útil apresentar candidatos contra os candidatos monarquicamente designados pelo Sr. Geisel. A campanha eleitoral em torno de nomes populares que lutem pelas liberdades democráticas e desmascarem a demagogia da ditadura, que denunciaram seus crimes e a corrupção que reina nos círculos do governo será de grande utilidade para a maior mobilização eleitoral com vista às eleições de 15 de novembro.

Quanto à última pergunta, a previsão que podemos fazer sobre os resultados prováveis das eleições diretas é a de que os candidatos da ARENA serão amplamente derrotados nos grandes centros urbanos, particularmente nas concentrações de trabalhadores, e poderão ser derrotados, com margem significativa a favor do MDB, tanto no caso da Câmara Federal como no de numerosas assembleias estaduais. A conquista da maioria para o MDB na Câmara Federal e em assembleias estaduais constituirá um novo passo à frente no caminho da derrota do fascismo em nosso País.

V.O. - Para terminar, gostaríamos de ouvir sua opinião sobre uma questão que é do maior interesse para os comunistas. Referimo-nos à discussão surgida em vários setores da vida política, e hoje bastante generalizada, sobre a legalidade do PCB.

L.C.P. - O PCB, que é um partido da classe

operária e revolucionário, já tem 56 anos de vida política, toda ela dedicada à luta pela completa independência nacional, pelas liberdades democráticas, à luta pelas reivindicações da classe operária e demais forças progressistas de nosso País. Apesar dos poucos anos de atividade legal que tivemos, em que nosso Partido foi reconhecido e registrado como partido político, jamais deixamos de atuar entre as massas. A própria repressão sistemática exercida contra nós pela ditadura é como que uma prova de que o PCB representa uma parcela considerável da população do País, principalmente de sua classe operária.

Nestas condições, não haverá regime democrático no Brasil sem que o PCB dele participe aberta e livremente. Não devemos esquecer que foi agitando a bandeira de uma suposta ameaça comunista que se realizou o golpe militar de 1964, o qual atingiu todas as forças democráticas, inclusive os católicos e sua Igreja. É isto o que já compreendem os representantes de outras forças sociais e políticas. Há, ainda, os que começam a compreendê-lo.

Torna-se cada dia mais evidente que a ilegalidade do PCB mutila a democracia e constitui, na verdade, uma ameaça a todos os democratas, já que constitui a negação de um dos mais importantes direitos do cidadão — o de representação política de todas as correntes de opinião existentes numa sociedade dividida em classes, através de partidos da livre escolha de cada um. Ainda agora, até mesmo grandes empresários, que lutam pela participação nas decisões estatais através da atuação em partido de sua livre escolha, compreendem que os trabalhadores também devem gozar do mesmo direito, inclusive aqueles organizados no Partido Comunista.

Isto é tanto mais racional e indispensável para todos os patriotas que lutam pelas liberdades democráticas porque nosso Partido, que jamais deixou de ser fiel ao internacionalismo proletário, que é solidário com todos os povos que lutam pela paz e pelo progresso, é, justamente por isso, aquele que mais consequentemente defende os interesses nacionais, é um partido nacional que elabora independentemente sua orientação, com base na análise da situação concreta. Ao mesmo tempo em que não concorda com a exportação da revolução, nosso Partido combate energicamente a intervenção do imperialismo nos assuntos internos de nosso País.

Somos nós, os comunistas brasileiros, os únicos responsáveis pela orientação de nosso Partido. Hoje, no movimento comunista, não existe um centro dirigente nem nenhum partido guia, como tem sido afirmado e reafirmado em todas as reuniões dos comunistas do mundo inteiro, e como o foi mais uma vez na reunião de 1975, em Havana, de todos os partidos comunistas e operários da América Latina.

A ilegalidade de nosso Partido reflete o caráter reacionário e fascista do atual regime. De qualquer forma, mais dia menos dia, como já aconteceu em 1945, a legalidade do PCB será conquistada pela classe operária e demais forças progressistas e democráticas, em primeiro lugar aquelas que aspiram a liberar-se da opressão imperialista, do latifúndio e da exploração capitalista, que lutam pela democracia com vista a construir a sociedade socialista e o comunismo em nosso País.

lutas/sindicatos

Movimento dos médicos revela males ocultos

O movimento vitorioso dos médicos residentes e outros profissionais da área da saúde foi revelando, à medida que se alastrava, algumas das grandes realidades do nosso país.

Como quem levanta o véu e vai aos poucos mostrando o que está por trás, ele pôs a nu as péssimas condições de trabalho impostas aos profissionais da saúde pelo governo e pelos empresários do ramo. Fazendo-o, chamou mais uma vez a atenção da opinião pública para a incapacidade deste regime em matéria de atendimento médico preventivo e curativo, para a situação aflixa em que se encontram nosso sistema de saúde, nossos hospitais e os que neles trabalham. E, é claro, para o tratamento que é dispensado às maiores vítimas desta situação, os pacientes.

Nosso país é hoje, infelizmente, um país em que o número de portadores de doenças supera o número de habitantes, o que significa que a maioria dos brasileiros acumula duas ou mais enfermidades. A causa imediata disto está no tipo de desenvolvimento capitalista que nos foi imposto pelo regime de 64, no grau de exploração dos trabalhadores e nas péssimas condições de vida a que a maioria da população se vê submetida. Se quisermos um indicador decisivo, ele está no poder aquisitivo dos salários, que veio diminuindo nos últimos 14 anos.

Sobrepondo-se a esta realidade infra-estrutural, as carências de nosso sistema de saúde pública agravam o problema. Internizam ainda mais a vida já tão sofrida do brasileiro. Do ponto de vista nacional, de nossa situação social, as greves dos médicos residentes tiveram, entre outros, o mérito de mostrar a ferida aberta, de reiterar o diagnóstico.

Mas tiveram também — e aí vemos outra grande realidade revelada pelo movimento — méritos políticos consideráveis. Notoriamente influenciadas pela deflagração das greves de trabalhadores, a que se seguiram com a distância de algumas semanas, as greves de residentes evidenciaram a existência de uma vasta e rica rede de entidades e associações profissionais que são, e não apenas na área médica, uma das características do Brasil atual.

São entidades que se criaram ou foram revigoradas sob a ditadura e contra a ditadura, quer dizer, como forma de resistir ao processo de fascistização, como forma de defender os interesses de seus filiados contra as políticas exclusivas e arbitrárias de um regime que se consagra a manter privilégios ultraminoritários no seio da sociedade.

REACIONARISMO. Uma das características mais nefastas de nossa sociedade é o reacionarismo estreito da burguesia brasileira. Enquanto as autoridades diretamente ligadas ao problema reconheciam, de modo

geral, a injustiça e o absurdo da situação dos residentes, dos médicos e dos demais profissionais da área médica, os detentores do poder executivo proferiam ameaças e mobilizavam a polícia. E os vocalizadores dos interesses dominantes não conseguiram esconder seu desprezo pela população e pelos médicos. Certos jornais «perderam a cabeça» ao constatar as modificações sofridas por estes estratos das camadas médias que eles consideravam como parte integrante de sua clientela, ou de sua área de manobra, e exibiram o espetáculo da subserviência com que se aprestam a defender os donos do dinheiro, quaisquer donos de quaisquer dinheiros.

Assim, enquanto o presidente do INAMP5, almirante Gerson de Sá Coutinho, reconhecia a necessidade de «dar um aumento substancial aos médicos residentes» e que «as demais reivindicações apresentadas são justas», o *Jornal do Brasil* abria suas baterias contra o movimento, estampando violentos editoriais em que procurava isolar os grevistas da população e apresentá-los como oportunistas incapazes de honrar a ética médica.

Fazendo coro com os ministros do Trabalho, da Saúde e da Previdência Social, o *JB* falou em «ilegalidade da greve» e deu o seu recado: «A presença necessária do Governo na área hospitalar, fornecendo condições materiais e financeiras de desenvolvimento, da iniciativa privada, de acordo com uma filosofia política que ainda é, oficialmente, a da livre empresa, esteve prometida através do Fundo de Auxílio ao Desenvolvimento Social (FAS). As promessas, entretanto, ficaram muito longe do programado, e o FAS, a essa altura, é um fundo voltado para outras finalidades».

O processo, dentro do qual teve especial relevo a greve dos 8.000 funcionários do Hospital das Clínicas de São Paulo, mostrou também o nível das contradições entre as diversas autoridades, que corresponde às dissensões políticas no seio do regime. Ficou evidente a diferença do tratamento dado ao problema pelos governadores Paulo Egydio e Faria Lima, pelo prefeito carioca Marcos Tamayo e pela cúpula federal, que chegou a ser solicitada a «amolecer» a intransigência do «linha-dura» Faria Lima.

Ao longo de quase dois meses, residentes de dezenas de hospitais do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasília e Bahia lutaram por suas reivindicações da única forma que poderiam fazê-lo. Como disse logo no início do movimento o Sr. Paulo E. Elias, presidente da Associação dos Residentes, as greves eram «a última forma de fazer valer a nossa participação. Conversar nós já conversamos e não adiantou nada. Esta é uma situação de emergência (...).»

O que espanta não é o recurso à greve, mas a incuria e a incapacidade das autoridades sanitárias e educacionais. É o caso de se perguntar: o que fazem estas autoridades? Se desconheciam os problemas, fica claro que não trabalham como deviam. Se conheciam e nada fizeram...

É evidente, a despeito da agitação promovida pelo *Jornal do Brasil*, o *O Estado de São Paulo* e por outros órgãos, que sem pressão nada teria sido obtido. Mas a própria tentativa de isolar o movimento chama a atenção, mais uma vez, para a necessidade de se levarem em conta as condições concretas em que ele se desenrola e a correlação de forças que se forma. A própria posição da chamada grande imprensa, quer nos agrade ou não, tem que ser levada em conta.

Com o exemplo bem sucedido dos residentes, são agora os médicos efetivos que se mobilizam para obter o piso salarial de 10 salários mínimos por 20 horas de trabalho semanais. E o movimento dos residentes prossegue, voltado, como sempre esteve, para a necessidade de corrigir as aberrações mais evidentes do sistema de saúde brasileiro e de discutir e aplicar uma nova política. Uma política que não seja nem aquela preconizada pelo *Jornal do Brasil*, nem a que resulta no jogo de empurra das verbas ministeriais, estaduais e municipais, e que vê o Estado como uma empresa avarenta, avarenta para a maioria — da qual fazem parte os residentes — e generosa para uma minoria.

G. de Sá

No exílio, eles lutam pela solidariedade

Quatorze antigos dirigentes e militantes sindicais que tiveram de buscar o exílio por causa da repressão lançaram em Bruxelas, em maio último, a carta-manifesto de lançamento do Comitê pelas Liberdades Sindicais no Brasil. Os signatários são os ex-dirigentes Roberto Moreira (CNTI), Benedito Cerqueira (CNTI), Gregório Bezerra (movimento dos camponeses do Nordeste), Hércules Correia (CNTI), Armando Ziller (Fed. dos Bancários de MG), Luis Tenório de Lima (CNTI), Lindolfo Silva (ex-presidente da CONTAG), Argonauta Pacheco (União dos Serv. Púb. de Sergipe), Francisco Gomes (Sind. dos Ferrovários da Sorocabana), Conceição I. de Oliveira (Sind. Metalúrgicos de B. Horizonte e Contagem), Sivalva Bambiira (Sind. Têxteis B. Horizonte), Antonio de Castro (Sind. Metalúrgicos de Sto. André), o advogado trabalhista Marco Moro e Nilson Miranda (Sind. Trab. Rádio e Televisão de Alagoas).

A carta-manifesto, após caracterizar o regime político instaurado pelo golpe de 64, afirma que «as liberdades sindicais, parte indissolúvel das liberdades democráticas e dos direitos do homem» foram particularmente atingidas por um regime a serviço do grande capital monopolista, chamando a atenção para o fato de que «425 sindicatos e 43 federações e confederações de trabalhadores sofreram intervenção governamental e seus dirigentes foram destituídos. Centenas de líderes sindicais, entre os mais combativos e conscientes, foram presos, torturados ou assassinados. Muitos outros viram-se obrigados a exilar-se. Os direitos e as garantias sindicais já cerceados pela manutenção de uma estrutura sindical herdada do Estado Novo e inspirada na Carta del Lavoro

lutas/sindicatos

de Mussolini foram duramente golpeados, com a introdução de novos dispositivos antisindicalistas e antioperários».

«Em consequência direta da ausência de liberdades democráticas e sindicais — diz mais adiante o documento — a ditadura militar pôde, através do terror e da violência, aplicar uma política de arrocho salarial, que reduziu drasticamente o poder real de compra dos assalariados. Em dezembro de 1965, um trabalhador remunerado com o salário mínimo necessitava trabalhar 87 horas e 20 minutos para adquirir a sua ração alimentar mínima mensal. Em dezembro de 1976, um trabalhador, para comprar esta mesma ração, devia trabalhar 182 horas. Destacamos que 17,6 milhões, ou seja, 40% da força de trabalho brasileira, recebem até um salário mínimo. Para enfrentar esta pauperização, os assalariados brasileiros, contrariando uma tendência universal de redução da jornada de trabalho, viram-se compelidos a aumentá-la para uma média diária de 12 horas. Há quatro décadas, a idade mínima para o trabalho do menor era de 14 anos. A ditadura rebalçou esse limite para 12 anos e tenta, agora, reduzir em 50% o salário dos 4,5 milhões de crianças até 14 anos, incorporadas ao mercado de trabalho».

Em outra passagem, a carta-manifesto lembra que «os trabalhadores brasileiros, entretanto, jamais aceitaram essa situação. Contra ela têm lutado por todos os meios disponíveis. Hoje, essa resistência adquire caráter e amplitude qualitativamente novos. Centenas de entidades sindicais em manifestações unitárias exigem o fim do arbítrio, as liberdades sindicais e democráticas, a livre contratação coletiva e o efetivo exercício do direito de greve. Um poderoso, coeso e disciplinado movimento grevista começa a fazer ruir a política salarial de arrocho».

Os signatários dirigem-se, finalmente, «às entidades sindicais de todos os países e às organizações internacionais, solicitando a intensificação de sua solidariedade às lutas que o movimento sindical brasileiro desenvolve pelas liberdades sindicais e na defesa dos direitos dos trabalhadores, assim como seu apoio ao Comitê pelas Liberdades Sindicais no Brasil», cujos objetivos definem da seguinte maneira:

«Denunciar a repressão e as perseguições de que são vítimas os trabalhadores brasileiros e seus órgãos de classe.

— Informar a opinião pública internacional, especialmente no âmbito sindical, das questões relativas às atividades, lutas e problemas do movimento sindical brasileiro.

— Estimular a solidariedade às lutas travadas no Brasil pelas liberdades sindicais e democráticas».

O Comitê pelas Liberdades Sindicais no Brasil já recebeu, depois, a adesão de Lício Hauer, ex-presidente da UNSP e ex-deputado federal. Recebeu também cartas de apoio e solidariedade da CGT francesa e de entidades sindicais da Colômbia, Zâmbia, Venezuela, Hungria e Angola, assim como convites para participar de encontros onde se discutam problemas do movimento sindical brasileiro.

O comitê, segundo informam seus integrantes, não tem qualquer caráter representativo. É uma reunião voluntária de sindicalistas brasileiros exultados que deseja promover a divulgação da luta dos trabalhadores brasileiros, angariar solidariedade e promover estudos e debates que contribuam para estas finalidades.

Unidade dos trabalhadores garante resultados positivos no V Congresso da CNTI

A despeito dos esforços esvaziadores do Sr. Ari Campista, o V Congresso da CNTI, que é a mais importante entidade sindical de âmbito nacional, apresentou resultados positivos. Não houve quebra da unidade e as propostas aprovadas refletem interesses e aspirações básicas dos trabalhadores. O clima político em que se desenvolveu a reunião é um índice dos progressos feitos pelo campo democrático em sua luta contra a ditadura e das modificações observadas no mundo do trabalho. Basta pensar nas circunstâncias em que se realizou o IV Congresso, em pleno governo Médici, para ver quanto se avançou.

Os sindicatos que faziam oposição à direção da CNTI e a seus métodos antidemocráticos compreenderam, já no desenrolar da reunião, que não poderiam entrar no jogo dos pelegos. Ou seja, que não podiam correr o risco de isolar-se, porque este isolamento tenderia a cristalizar uma divisão que só interessa aos inimigos dos trabalhadores. Compreenderam, também, que estruturas cuja história tem décadas não podem ser modificadas, muitas vezes, na velocidade desejada. Principalmente se os que devem ser os sujeitos destas transformações, os associados dos sindicatos e seus dirigentes, não têm consciência da necessidade de realizá-las.

Em matéria de movimento sindical, a verdade é que o regime do golpe de 64 não «passou uma borracha» no que existia antes. Não conquistou o apoio político dos trabalhadores, que foram as maiores vítimas do golpe. Não pôde implantar uma nova estrutura sindical que estivesse a seu inteiro serviço. Não pôde evitar que os dirigentes que escaparam às degolas continuassem defendendo interesses básicos dos assalariados, nem que os próprios pelegos notórios se vissem na contingência de assumir, moderadamente que fosse, algumas das bandeiras de luta essenciais das diversas categorias e do conjunto dos trabalhadores. Não teve como impedir o surgimento das novas gerações de dirigentes sindicais, formadas na escola da luta sob a ditadura.

Estas «carências» do regime não agradam, sem dúvida, às classes dominantes, que teriam preferido um «saneamento completo», quer dizer, um golpe profundo nas estruturas sindicais do qual o movimento saísse bem dividido. Ou seja, uma esterilização que lhes desse a garantia de longos anos de tranquilidade. É o que revela, sem disfarces, a diátribe com que o *Jornal do Brasil*, através de seu Informe JB, saudou em 24 de julho o início dos trabalhos do V Congresso da CNTI. O trecho é educativo também para mostrar a necessidade da unidade dos trabalhadores e

do movimento sindical, que a reação tanto teme:

«O Presidente Geisel estará hoje no Congresso da CNTI. É bom que esteja, mas é bom que se saiba: a CNTI foi, ao longo de sua história, a catedral do peleguismo nacional.

Foi um reduto de pelegos até o início da década de 60, quando o Governo patrocinou a vitória de chapas supostamente esquerdistas e continuou a sê-lo até 1964, quando hospedava o Comando-Geral dos Trabalhadores e toda a miríade de corruptos do sindicalismo populista.

Presos alguns de seus dirigentes e desaparecidos outros, surgiu a oportunidade para o restabelecimento da verdade sindical (o grifo é nosso) dentro da organização. No entanto, essa oportunidade foi perdida e o Governo simplesmente devolveu o poder à pelegada deposta pelas maquinações populistas (...).

Verdade sindical, verdade tarifária... o jargão é conhecido. A posição de classe é evidente.

A convocação apressada do Congresso foi uma tentativa de esvaziá-lo, de fazer com que ele não refletisse o impulso dado ao movimento sindical pela deflagração das greves operárias. Foi também uma forma de liquidar a ideia de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. A preocupação do Sr. Ari Campista foi a de impedir as manifestações dos setores mais combativos e, sobretudo, que o debate entre os dirigentes sindicais abordasse determinados problemas e produzisse resultados capazes de ameaçar sua permanência no cargo. Ele não queria perder o controle dos acontecimentos e acabou, sem dúvida, ganhando uma moratória.

Os sindicatos que lutaram para democratizar o Congresso reconheceram ter cometido erros que facilitaram a tarefa do Sr. Ari Campista, mas mostraram sua capacidade de rápida recuperação e evitaram contribuir para aquilo que a ditadura mais deseja: a desunião dos trabalhadores. A tentativa de radicalizar as posições era inadequada e não tinha apoio amplo dentro do Congresso.

O documento apresentado por 41 entidades, lido no último dia do Congresso, reflete a situação nova do movimento sindical, apresentando pontos essenciais de reivindicação dos trabalhadores, como os relativos às férias e a modificações na legislação sindical, e reivindicações democráticas gerais do povo brasileiro, a começar da conquista das liberdades democráticas. As próprias resoluções do Congresso, por seu turno, são positivas e confirmam as posições do movimento sindical desde 1964, como acontecera há oito anos, no IV Congresso.

internacional

Irã: Forças democráticas colocam o Xá em xeque

Várias vezes, no decorrer de seu longo reinado de terror e despotismo, o Xá do Irã anunciou medidas de «liberalização». Fórmulas diversas, como a criação de um partido único, como o juramento de fidelidade ao regime, foram tentadas com o objetivo básico de atenuar a oposição e salvar aquilo que é, na verdade, o regime iraniano: uma monarquia decadente e corrupta, a serviço dos piores interesses internacionais. Nada disto, entretanto, adiantou muito; a oposição ao regime do Xá vem se avolumando, o descontentamento vem aumentando, e o governo vem sendo obrigado a empregar, mais e mais, a arma da repressão.

Graças ao aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, o Irã aparece, desde 1973, como um dos países de maiores possibilidades financeiras no mundo. Para onde foi este dinheiro? Ao que parece, muito pouco foi investido em projetos capazes de acelerar a economia iraniana, e menos ainda no sentido de desenvolver a infra-estrutura social de atendimento às necessidades básicas da população. Mas a maior parte das divisas fornecidas pelo petróleo foram utilizadas, seja para realimentar as economias ocidentais através do circuito de «petrodólares» (colocação dos excedentes em divisas nos centros financeiros internacionais), seja para a compra de armamentos nos países ocidentais.

Bilhões e bilhões foram gastos desta maneira, criando um dos exércitos melhor aparelhados do mundo, de modo inteiramente desproporcional às reais necessidades de defesa do país. Cerca de 25% do PNB (Produto Nacional Bruto) iraniano são destinados à defesa nacional. Não é de espantar, nestas condições, que as vinculações entre o regime iraniano e Washington sejam as mais estreitas possíveis, e que o Irã tenha desempenhado, nos últimos anos, o papel de garantidor do *status quo* no Golfo Pérsico, pronto a intervir, e esmagar se possível, qualquer tentativa considerada contrária à estabilidade de seu regime e aos interesses estratégicos norte-americanos.

A política de direitos humanos pregada pelo governo Carter se paralisa sempre que outros interesses falam mais alto. O Irã não poderia chegar ao ponto em que chegou; não poderia ter constituído o sistema defensivo que tem hoje, e nem o repressivo governo do Xá poderia ter se mantido durante tanto tempo, sem um decidido e permanente apoio dos E.E.U.U., que nunca vacilaram em vender ao Irã os mais modernos tipos de armamentos de que dispõem.

O presidente Carter, ao manter e aprofundar a aliança com o Irã, não está certamente pensando nos milhares de prisioneiros políticos que existem naquele país; não está preocupado em impedir os fuzilamentos frequentes e a tortura sistemática de que o Xá se vale para silenciar a oposição e manter seu domínio. Ele está, simplesmente, seguindo a política tradicional dos E.E.U.U. de apoio a qualquer regime desde que este regime apresente como credencial o anticomunismo.

mo. Carter agregou, talvez, um ingrediente novo a esta política, sem todavia alterar em profundidade o paladar da receita: se o anticomunismo puder ser temperado com uma fecheira liberal, facilita o nosso trabalho.

Mas tudo chega ao fim, mesmo as piores ditaduras. O regime iraniano repousa, hoje, numa base muito frágil de apoio. Do povo, ele está separado há muito tempo. As relações entre o Xá e as lideranças das comunidades religiosas tradicionais são mais do que explosivas. Não é a política do país, tristemente célebre, que poderá salvar um regime arbitrário e odiado pela grande maioria da Nação.

P. Gonçalves

África: Coexistência apesar do ocidente

A recente visita do presidente Agostinho Neto, de Angola, a Kinshasha, capital do Zaire, torna evidente o fato de que as nações africanas, mesmo de regimes sociais diferentes, podem chegar a um entendimento sempre que sejam isoladas as manobras e as provocações dos círculos imperialistas ocidentais. O comunicado comum assinado pelos dois presidentes estabelece uma série de pontos em torno dos quais é possível iniciar-se uma era de cooperação entre o Zaire e Angola. Assim é que Neto e Mobutu decidiram a criação, sob a supervisão da O.U.A. (Organização de Unidade Africana), de uma comissão de controle encarregada de resolver os problemas de fronteiras entre os dois países, e de zelar pela segurança nas áreas fronteiriças. Da mesma maneira, chegou-se a um acordo em relação ao problema dos refugiados, permitindo-se o regresso dos numerosos angolanos e zairenses que se encontram fora de seus respectivos países. O comunicado reafirma ainda a fidelidade das duas partes aos princípios da carta da O.U.A. (que condena as intervenções externas), e crítica o *apartheid* na África, do Sul.

Durante muito tempo, as potências ocidentais, em função de seus interesses coloniais na África, tentaram se apoiar em Mobutu, e procuraram desestabilizar o regime progressista de Angola. Para estes mesmos círculos imperialistas, era fundamental manter e aprofundar as zonas de atrito entre Luanda e Kinshasha; de modo a transformar o Zaire numa ponta-de-lança que ameaçasse permanentemente o regime angolano.

O encontro dos dois presidentes e a assinatura do comunicado comum constitui um instrumento importante no sentido de impedir as manobras colonialistas e imperialistas, e pode ser considerado como uma vitória das forças da paz no mundo. Mais que isso, mostra que o caminho dos povos que foram subjugados pelo colonialismo é o do entendimento e o da criação de pontos comuns; e não o de guerras fratricidas, que só interessam às antigas metrópoles. A África, longe das injunções imperialistas, pode encontrar um caminho que assegure a paz e o bem-estar material de suas populações. O entendimento entre o Zaire e Angola é um passo exemplar neste caminho.

P. G.

Chile: Escândalo abala o regime

A mitologia dos agentes secretos invencíveis como «heróis do nosso tempo» — uma mitologia posta diretamente a serviço do combate à concepção materialista da história — tem sofrido rudes golpes, que a desmoralizam bastante e fazem emergir a sujeira do terror fascista. Veja-se, por exemplo, o que está acontecendo agora no Chile com os agentes da DINA que, em setembro de 1976, assassinaram nos Estados Unidos o ex-chanceler Orlando Letelier, embora protegidos pelo aparelho de Estado que haviam tomado de assalto em 1973, Michael Vernon Townley, Armando Fernández Larraín, o coronel Pedro Espinoza e o General Contreras Sepúlveda não conseguiram resistir ao processo de investigação que o governo norte-americano, sob pressão da opinião pública internacional, foi obrigado a instaurar para apurar a autoria do crime.

O próprio Pinochet está ameaçado de ser incriminado como mandante, dadas as relações funcionais e de íntima amizade que tinha com o chefe da DINA, Contreras Sepúlveda. Acredita-se que este episódio poderá se somar, acelerando-o, ao processo de resistência do povo chileno à ditadura fascista. O primeiro tremor de terra foi marcado pela demissão do brigadeiro Leigh. Agora, assistimos a um verdadeiro terremoto. E não será possível aos fascistas desembaraçar-se dos cabeças da quadrilha que está no governo sem mudar nada, não lhes será possível entregar os anéis (Pinochet e alguns assec-las) para salvar os dedos. Trata-se de um crime inerente ao regime chileno, como os demais que foram cometidos sob a farsa de Pinochet e seus correligionários.

«COINCIDENCIA» SUSPEITA. O jornal francês *Le Monde*, em sua edição de 3 de agosto de 1976, lembra que esse mesmo Contreras mandara, em 1975, uma mensagem ao então chefe do SNI, General João Batista Figueiredo, manifestando sua preocupação ante as possibilidades de ação política que continuavam a existir tanto para Orlando Letelier como para Juscelino Kubitschek. E *Le Monde* assinala o fato de Juscelino ter morrido num acidente suspeito em agosto de 1976, um mês antes do assassinato de Letelier. Caso as suspeitas levantadas pelo jornal francês — e que haviam sido sugeridas em nossa própria imprensa à época da morte de JK, sendo agora retomadas — tenham fundamento, será difícil impedir que, num autêntico processo de democratização, a pressão da opinião pública venha a exigir novas investigações sobre a morte do ex-presidente (estranhamente anunciada antes de acontecer, por sinal). E o que porventura estiver sendo encoberto pelos agentes secretos de distintas nacionalidades e seus eventuais mandantes não deixará de vir à tona.

Sandra Pascoli